



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

### MUNICÍPIO DE VINHAIS

Ata da Sessão Ordinária realizada em 2014/09/30

Aos trinta dias do mês de setembro, do ano de dois mil e catorze, nesta Vila de Vinhais, no Auditório do Centro Cultural, às quinze horas, foi declarada aberta a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte: -----

**PRESIDENTE:** Horácio Domingos Afonso; -----

**1.º SECRETÁRIO:** Maria de Lurdes de Freitas; -----

**2.º SECRETÁRIO:** José Carlos Claro. -----

**PRESENCAS:** -----

**PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA:** -----

Manuel Dinis Magro Gomes, Raquel Filomena Moreira Gonçalves, Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado, Amável de Jesus Rodrigues, Adérito António Pinto Machado, José Urbino Alves, Francisco José Nunes Cunha, Luís António Bebião Pires, Carlos Armando Ventura Caseiro, Rui Virgílio da Cunha Madureira, António Manuel Lousada, Manuel António Fernandes Martins, António Vicente Morais, José António dos Reis, Duarte Nuno Pires, Amauri dos Santos Morais, Hilário de Assis Gonçalves Pires, António Paulo de Oliveira Neves, Adelino José dos Santos, Maria da Glória Pires Cruz Veleda, Maria Matilde Afonso de Carvalho Barreira e Nuno Alexandre Barreira Santos. -----

**PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, ELEITOS PELA COLIGAÇÃO CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”.** -----

João Manuel Quintino Fernandes, Fernando Jorge Afonso Gonçalves e António Luís Gomes Gonçalves. -----

**MEMBROS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA:** -----

Eduardo Manuel Martins Rodrigues, Lucília Cristina Rodrigues Pereira Graça, Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida, Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, Carlos Alberto Vaz, Solange Sofia Aboim Lobo, José Humberto Martins, José Maria Ribas, António João Margarido Alves, Inácio Lourenço Fernandes, Pedro Miguel Martins Miranda. -----

**MEMBROS ELEITOS PELA COLIGAÇÃO CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”:** -----

Ana Rita Neto dos Reis, Viriato Emílio, Carla Sofia Pires Tavares, Egídio José Coutinho Frias; Luís Filipe Garcia, Maria Adelaide Fernandes Morais, Luís Miguel Alves Gomes, Hugo Sérgio Gonçalves Barreira, Pedro Nuno Aboim Pinto e Mário Manuel Pinto Rodrigues. -----

Faltaram por motivo justificado os Senhores Deputados Eurico Fernandes Gonçalves, Eduardo Vicente Roxo, Alberto dos Anjos Martins e André João da Silva Rodrigues.-----

Verificada que foi a existência de quórum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte: -----

**1 - Período de Antes da Ordem do Dia.** -----

**2 - Ordem do Dia.** -----

**2.1 – Apreciação e votação da Ata da Sessão Anterior;** -----

**2.2 - Leitura resumida do expediente;** -----

**2.3 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal;**

**2.4 - Período de intervenções;** -----

**2.5 – IMI – Aprovação de taxas;** -----

**2.6 – PDM – Aprovação da versão final;** -----

**2.7 - Informação sobre a situação económica e financeira do município referente ao 1.º semestre de 2014.** -----

**3 - Período reservado ao público.** -----

Tendo-se verificado a falta do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, assumiu, nos termos do n.º 3, do art.º 46.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, a presidência o 1.º secretário da Mesa, o qual solicitou autorização para nomear o Senhor Deputado José Carlos Claro, para integrar a Mesa da Assembleia, tendo recebido a anuência de todos os membros. -----

**1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, concedeu um lapso de tempo, para inscrição dos Senhores Deputados que manifestassem vontade de intervir. -----

Demonstraram essa intenção os Senhores Deputados: -----

- Egídio José Coutinho Frias; -----

- Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida; -----

- Artur Jorge Pereira dos Santos Marques. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, disse o seguinte: -----

“Permita-me que faça aqui uma alteração aos apontamentos tomados, porque mal cheguei fui informado do triste e grave acontecimento que aconteceu na freguesia de Sobreiró de Baixo, lamentavelmente é uma situação que continua e existir todos os anos acidentes nos trabalhos agrícolas e que leva tanta gente, portanto ao Senhor Presidente da Junta, aqui o meu público sentir e pesar que faça o favor em nome, se assim poderei dizer, desta Assembleia Municipal que faça chegar também à família neste momento tão desconfortável. -----

Senhor Presidente, senhores membros desta Assembleia Municipal, fomos eleitos há um ano atrás e é importante em jeito de balanço referir alguns tópicos que me parecem relevantes: ----

Recordo que logo ao iniciar a nossa atividade e a prestação nesta Assembleia aconteceu uma situação deveras desagradável e característica, caracterizada por um anti histórico, foi como se recordam a votação ou a rejeição dos votos de pesar pela morte de Nelson Mandela, de Nadir Afonso e mesmo o louvor à Associação Raízes de Cidões. Obviamente entendemos a mensagem. -----

O outro tópico bem revelador da forma como é dirigida e dominada esta Assembleia tem a ver com a nossa repetida solicitação da constituição de comissões e de grupos de trabalho, que proporcionassem mais eficácia no estudo e acompanhamento da atividade do executivo municipal, tal como previsto no art.º 26.º, alínea c), da Lei n.º 75/2013. Recordo que, apesar da ordem do dia, tal como determinado pelo ponto 2 do art.º 53.º, da mesma Lei, dever ser entregue com o mínimo de dois dias úteis de antecedência, o que efetivamente tem sido garantido, mas Senhor Presidente e elementos desta Assembleia, os documentos devem ser lidos e analisados, assimilados num tão curto espaço de tempo, obviamente não é possível, era importante a realização dessas comissões que no seu interior pudessem estudar esses mesmos documentos. Porque nós além da nossa presença aqui, nesta Assembleia não podemos faltar aos nossos compromissos pessoais e profissionais, isso como compreendem limita bastante a nossa disponibilidade para o estudo e reflexo desses documentos.-----

Um terceiro tópico prende-se com a não atualização, revisão do regimento desta Assembleia, e vem já, repito um ano desde a nossa eleição, o art.º n.º 1 do Regimento desta Assembleia diz que esta Assembleia, imaginem é constituída por 36 elementos eleitos e por 35 Presidentes da Junta. -----

O outro exemplo, é por exemplo o art.º 39.º, do Regimento, onde ainda se alude ao art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, artigo esse que foi revogado pela Lei n.º 75/2013. -----

Ainda sobre o funcionamento da Assembleia Municipal acho que é importante, e no futuro, fazer-nos chegar com a brevidade possível, mas que o rol de documentos que nos são entregues integrem também a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade e situação financeira do Município. -----

Entendo que por conjugação dos art.ºs 25.º, alínea c) e do art.º 53.º, essa informação escrita deve ser previamente disponibilizada aos membros desta Assembleia a fim de ser estudada e ser discutida mesmo no interior dos grupos que constituem esta Assembleia, creio, que deve ser anulada a prática que já vem do passado e em nome de uma Assembleia que creio que todos pretendem mais participativa. -----

Um quarto tópico tem a ver com a transcrição das sessões aqui realizadas, é uma situação inqualificável aquilo que temos vindo a sentir, Assembleia a Assembleia. -----

As sessões não condizem com o que efetivamente com aquilo que aqui se passa, o corte cirúrgico da intervenção não se compadece do espírito da simplificação proposto ou do espírito da simplificação dos procedimentos administrativos, e eliminação de situações ditas desnecessárias, tem mais que a nosso ver, tem a ver com a prepotência e com a falta à verdade, isto não é espírito da simplificação administrativa, é sim um ato de censura e de querer agradar a quem quer ficar bem na fotografia. -----

Uma quinta referência e ela tem a ver com a alteração da página Web finalmente da Câmara de Vinhais, congratulamo-nos com isso. Também se no passado eu fiz aqui uma referência ao índice de transparência do Município é bom que também agora não perca oportunidade idêntica para registar pela positiva a situação de dependência, de dívida do município de Vinhais que é das melhores a nível distrital e mesmo a nível do País. Igualmente registo com sucesso, obviamente que resulta do empenho do exercício do executivo municipal, aqui concretamente na pessoa do Roberto Afonso do pelouro cultural e das manifestações culturais que tem sido feitas, tem sido marca aqui no Concelho, refiro-me concretamente à bienal do Jorge Lima Barreto, bem-haja. -----

Registo pois como muito positivas as diversas iniciativas culturais e de apoio social que decididamente contribuem para a dinamização da atividade económica do Concelho. -----

Senhor Presidente e senhores membros desta Assembleia, atendendo que no período da ordem do dia é para tratar assuntos gerais e de interesse autárquico, faço aqui assim em jeito de recomendação à mesa, para que faça chegar à autarquia o favor de um maior esforço para incentivar a participação dos munícipes na gestão e enriquecimento do processo de decisão e de recolher o contributo dos cidadãos no ajustamento do investimento público face às suas necessidades. -----

Recomendamos pois à Câmara Municipal para diligenciar que no próximo orçamento possa contemplar a iniciativa dos representantes dos cidadãos e das associações num processo de participação através da sua auscultação, ou seja da elaboração do tal orçamento participativo conforme e metodologia obviamente.... -----

Uma outra e em jeito de conclusão era a elaboração de um documento em nome desta Assembleia e dirigido obviamente à Assembleia da República em jeito de petição e com conhecimento à Câmara Municipal e porque não à CIM Trás-os-Montes, com o propósito de solicitar a redução de trinta por cento no preço do gás e da eletricidade aos residentes do Concelho de Vinhais durante os meses em que decorre o horário de inverno, a razão é simples, e resulta das condições climatéricas que se fazem sentir nesta região, pois para atingir o conforto nos nossos lares é bem necessário gastar muito mais.”-----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, para dizer que, em relação às atas, elas pertencem ser elaboradas pelos secretários da mesa, mas neste caso não são, são elaboradas por funcionários da Autarquia que estão adstritos à Assembleia, no entanto, todas as pessoas sabem que quando a um Senhor Deputado lhe parecer que na ata não consta aquilo que efetivamente disse, na reunião seguinte tem a possibilidade de dizer, onde na ata consta isto, deve constar aquilo, e aí ficará tudo transcrito. -----  
Portanto, não há hipótese de em relação à ata haver qualquer problema, se se utilizar esta metodologia. Em relação às recomendações que foram feitas pelo Senhor Deputado e para não nos ficarmos pelas palavras, para poderem ser tomadas em conta, faz favor escreve-as e entregue-as aqui na mesa, para no fim nós fazermos seguir isso, se assim não for, naturalmente que não terão seguimento. -----

No uso da palavra o Senhor Deputado, Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida, proferiu uma intervenção do seguinte teor: -----

“Uma vez que houve alterações de entrada e saída de membros da bancada socialista, vimos por este meio dar conhecimento à mesa da nova constituição da direção bancada socialista. --- Assim sendo, passa a ser presidida pelo Senhor Deputado, Pedro Miguel Martins Miranda, coadjuvado por Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida e pelo Artur Jorge Pereira dos Santos Marques.”-----

Disse ainda que queria dizer duas palavras ao Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, sobre alguns comentários relativamente a algumas coisas que se passaram durante este último ano, dizendo que a devido tempo deram as devidas justificações, bem como respostas a alguns problemas que foram levantados, e portanto em jeito de balanço como disse e muito bem para bom entendedor, meia palavra basta. -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado, Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, que ditou para a ata uma intervenção do seguinte teor: -----

Exmo. Sr.º Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários da Mesa, Sr.º Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, Público, Muito Boa Tarde! -----

Em nome da bancada do partido socialista, gostaria, Senhor Presidente, de o felicitar, pela posição que assumiu no programa Prós e Contras da RTP, sobre o novo mapa judicial português, pois penso que a indignação que demonstrou é extensiva a todos nós! -----  
Felicito-o também por ser um Presidente que investe na educação, e a prová-lo estão as recentes notícias, que Vinhais é o Município do Distrito de Bragança que mais investe na educação. ---  
Ainda relativamente à educação, decorreu na passada sexta-feira a distinção de quinze estudantes do concelho de Vinhais com o Prémio Municipal de Mérito Escolar. O município distribuiu 3200 euros pelos melhores alunos do 4.º ao 12.º ano tendo como critérios a média do ano letivo passado e a assiduidade. -----  
Sabemos que esta cerimónia serve não só para reconhecer o esforço dos mais dedicados como também para estimular os restantes alunos para se aplicarem cada vez mais! -----  
Senhor Presidente, gostaria por último, que se possível nos esclarecesse sobre o que se passou com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), relativamente às casas de Turismo de Natureza que se encontram no nosso concelho?” -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício, que disse que, para o melhor funcionamento dos assuntos e para não nos ficarmos pelas palavras, se alguém tiver propostas a fazer, essas propostas devem ser feitas por escrito, porque para a Mesa da Assembleia solicitar à Câmara, deve ter elementos escritos, nomeadamente para depois poder justificar perante a Assembleia ou a informação que a Câmara dá ou a sua recusa, porque se nos ficarmos pelas palavras, palavras leva-as o vento. -----

## **2 - ORDEM DO DIA. -----**

### **2.1 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----**

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, para questionar os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma inscrição relativamente ao ponto em discussão. -----

Seguidamente a ata foi sujeita a votação e aprovada por maioria com os votos contra dos Senhores Deputados da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”, Ana Rita Neto dos Reis, Viriato Emílio, Carla Sofia Pires Tavares, Luís Filipe Garcia, Maria Adelaide Fernandes Morais, Luís Miguel Alves Gomes e o Presidente da Junta da União de Freguesias

de Sobreiró de Baixo e Alvaredos e as abstenções dos Senhores Deputados, Amauri dos Santos Morais, Maria Matilde Afonso de Carvalho Barreira, Egídio José Coutinho Frias, Mário Manuel Pinto Rodrigues e Pedro Miguel Martins Miranda, motivadas por não terem estado presentes na sessão em causa. -----

Absteve-se ainda o Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira. -----

## **2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----**

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, usou da palavra o primeiro Secretário da Mesa, para dar conhecimento da correspondência recebida, no período que medeia entre a última sessão desta Assembleia e esta, dizendo que, a mesma se encontra disponível para consulta, nos serviços de apoio a esta Assembleia. -----

## **2.3 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL. -----**

Exmo. Senhor -----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal -----

Senhores Secretários da Mesa -----

Senhores Vereadores Presentes -----

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e demais senhoras e senhores deputados municipais

Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

Caríssimo público -----

Fez ontem um ano que aconteceram as últimas eleições autárquicas. E desde esse dia até hoje, verdadeiramente nada de significativo aconteceu, a não ser a continuação das políticas governamentais, e diga-se em abono da verdade, desastrosas para os municípios, para os cidadãos, para as empresas e principalmente para quem reside nos territórios de baixa densidade populacional. -----

E de todas essas medidas, algumas merecem ser destacadas: congelamento de admissão de pessoal nos quadros das autarquias, o que dificulta o normal funcionamento dos serviços, nomeadamente no que diz respeito ao pessoal externo. -----

Na Câmara de Vinhais, o número de pessoal operário qualificado é praticamente inexistente e a continuarmos assim, qualquer dia, não temos uma única pessoa capaz para espetar um prego ou colocar uns blocos. Era importante autorizarem as Câmaras a admitirem pessoal para a execução das mais diversas tarefas. -----

A tão falada reforma dos tribunais, finalmente entrou em vigor no dia um de setembro. Uma reforma contestada por todos os funcionários, pelos autarcas, pelos cidadãos, pelos advogados, por toda a gente, mas que entrou mesmo em vigor porque a Sr. Ministra da Justiça e o Sr. Primeiro-ministro assim o quiseram. -----

Trata-se de um verdadeiro monstro, que por tão grande e mal fabricado ser, caiu no primeiro passo e dificilmente ou só muito mais tarde se levantará. -----

Esta reforma, na sua primeira prova de vida, foi um desastre: o chamado citius, sistema informático utilizado pela justiça, simplesmente pifou e não mais deu sinais de vida. -----

Tudo isto por um único motivo muito simples: é que na verdade esta reforma é impraticável, é algo inventado, só pode existir no plano do imaginário. -----

Tudo, segundo a Sr<sup>a</sup>. Ministra, a favor da especialização da justiça, como se uma simples placa a dizer tribunal especializado resolvesse alguma coisa. -----

Lá se foi o nosso tribunal e tantos outros. Lá se foram mais de 80% dos tribunais do País. Lá se foi a Justiça em Portugal. -----

Mas para mal dos nossos pecados, não ficamos por aqui: fomos presenteados, recentemente, com uma outra grande e péssima novidade, aliás, camufladamente negociada pela ANMP: estou a referir-me a uma coisa que se chama fundo de apoio municipal. É algo parecido a um banco, que é gerido não sabemos bem por quem, mas que serve para financiar os municípios que estão em situação económica difícil, mas cujas verbas para financiar esses ditos cujos, saem dos cofres das Câmaras que estão em melhor situação financeira. -----

Com certeza, que todos tiveram conhecimento dos resultados do anuário financeiro, que todos os anos publica dados importantes sobre a vida dos municípios Portugueses. -----

Mais uma vez, a Câmara de Vinhais e pelo quinto ano consecutivo, aparece posicionada nos primeiros lugares, ocupando até o lugar cimeiro a nível do distrito de Bragança. -----  
Pois é, valeu-nos bem todo este esforço de rigor, de contenção, de gestão equilibrada agora temos que entregar, temos que doar a esse fundo para financiar os outros, qualquer coisa como um milhão e quarenta mil euros anualmente. -----

E tudo isto, tem que ser confrontado com o seguinte: enquanto o governo da nossa republica corta em tudo no que aos outros diz respeito, o estado continua a alargar o cinto e este ano apresenta nas suas contas um aumento da despesa com o seu próprio funcionamento do próprio estado em mais de 5 por cento, algo que, e segundo o memorando assinado com a troika não é possível. -----

Para terminar esta parte que à política geral diz respeito, mas porque intrínseca e diretamente com reflexos no nosso município, e por isso devidamente justificados os parágrafos que lhe dediquei, uma palavra para o atual/próximo quadro comunitário de apoio, designado Portugal 2020. -----

Apesar de o acordo de parceria com a união europeia já estar assinado e ter sido discutido e aprovado por todas as instâncias portuguesas, nomeadamente pela CCDRN-Porto, em recente reunião da comissão permanente do Conselho Regional, órgão no qual tenho assento enquanto Presidente da CIM Terras de Trás-os-Montes, apesar de tudo isto, não se percebe o atraso no conhecimento dos primeiros avisos para formalizar candidaturas. -----

Trata-se de um quadro comunitário muito importante, virado principalmente para a competitividade e para as empresas, mas que trás também grandes expectativas em relação ao financiamento dos sistemas de gestão de águas e saneamentos. -----

Neste contexto resta-nos, infelizmente, comunicar a todos aquilo que V. Exas muito bem já sabem: só se gasta quando se pode e agora não é possível, porque não há nada para gastar. Da maneira que as coisas estão, a Câmara de Vinhais e nenhuma outra Câmara de pequena ou média dimensão, tem condições para fazer despesas correntes ou de investimento, sem a ajuda de fundos comunitários, que de momento não existem, nem se sabe quando irão existir. É que, a chamada receita dos fundos é cada vez mais pequena, sofre cada vez mais cortes, e vai-se toda ela para pagar as despesas obrigatórias. -----

Daí que Senhores Presidentes de Junta e demais deputados municipais. Não vale a pena fingir, não vale a pena fazer de conta que vamos andando: de momento e sem data marcada para o seu término, não é possível financiar qualquer obra sem ser com o recurso a fundos comunitários, exatamente pelos motivos que acabei de explicar. -----

Mas resta-nos também uma palavra de esperança: na verdade confio no meu País e nos nossos governantes, nestes com muito esforço, mas noutros que não se vir com certeza confiarei e confiaremos um pouco mais. E daí que, num quadro normal, com os fundos europeus disponíveis e com as finanças municipais equilibradas, tenho a certeza que este discurso de hoje, na altura, estará completamente ultrapassado e as freguesias e a vila, serão novamente contempladas com as melhorias a que tem direito e que tanto nalguns casos anseio. -----

Quanto à situação financeira é a seguinte: -----

- Dotações Orçamentais – 502.945,87€-----

- Dotações não Orçamentais – 656.113,85€-----

Seguidamente o Senhor Presidente respondeu à questão colocada pelo Senhor Deputado Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, relativa à questão das casas, chamadas casas de abrigo, propriedade do ICNF. Estas casas foram construídas pelo Parque Natural de Montesinho. Na altura o Parque era gerido pelo Estado, pelo Ministério do Ambiente e pelas Autarquias, progressivamente o processo foi andando e foram transferidas para uma empresa privada, mais tarde algumas protocoladas com as Juntas de Freguesia e hoje praticamente estão quase todas encerradas. -----

Já mais que uma vez foi alertado o ICNF da necessidade de dar um destino a esses equipamentos. Tinha prometido verbalmente que eles seriam entregues às Câmaras e que as Câmaras depois poderiam explorá-las diretamente, ou protocoladas com as Juntas de Freguesia ou entregar a empresas. A resposta que foi dada por escrito, foi de que não tinham solução para estas casas. -----

Continuou a dizer que não gostaria de acreditar naquilo que vem desconfiando há muito tempo, o abandono do património do ICNF, pois é uma estratégia de funcionamento do próprio ICNF, é política do ICNF, que a defesa da biodiversidade se faça pelo abandono dos territórios.-----

De seguida dirigiu-se ao Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, dizendo-lhe que os funcionários que fazem as atas são funcionários da Câmara, e ele não podia assistir sentado a palavras que proferiu sem dizer uma única palavra a esse respeito, não podia ouvir que as atas eram feitas com prepotência ou direcionadas. -----

As atas são feitas por funcionários, que se empenham da melhor forma para transmitir para a folha aquilo que as pessoas dizem aqui, e que naturalmente falham porque não conseguem reproduzir textualmente tudo aquilo que as pessoas dizem, por isso é que há ainda a possibilidade de as pessoas fazerem as intervenções de forma escrita e há a possibilidade de na sessão seguinte corrigir algo que não esteja bem na própria ata, e se isso é assim, há uma diferença muito grande entre esta realidade e aquilo que acabou de dizer, que as atas são feitas manifestando prepotência e direcionadas num determinado sentido, que fique bem claro que interpreto as suas palavras como sendo de muito mau gosto, e não são próprias de um elemento responsável que faz parte desta Assembleia Municipal, porque existe legislação que permite controlar a veracidade dos documentos, e se achar que as atas estão todas elas viciadas nesse sentido, levanta-se esse incidente e prove depois a falsidade da própria ata. -----

Dizer que as atas são direcionadas e não explicar o porquê, é algo que só ofende e atinge a honra e o profissionalismo dos funcionários, com certeza que no seu serviço, não gostaria que alguém, assistindo a uma reunião presidida por si, dissesse a respeito de um funcionário seu, a ata está direcionada, é prepotente, ou tem estes problemas, não gostaria que lhe atirassem estes defeitos, não se sentia bem que fossem atribuídos estes vícios aos funcionários da autarquia, pois são pessoas extremamente responsáveis e fazem isto com uma grande dedicação e com a melhor das vontades. -----

#### **2.4 - PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----**

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, para questionar os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma inscrição, demonstrando essa intenção os Senhores Deputados:-----

- Pedro Miguel Martins Miranda; -----
- Egídio José Coutinho Frias; -----
- Maria Adelaide Fernandes Morais. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Pedro Miguel Martins Miranda, iniciou por cumprimentar todos os presentes e de seguida dirigiu-se ao Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, dizendo-lhe que no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, diz que “De cada sessão ou reunião é lavrada ata, a qual contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado...”, portanto se não concorda com a ata deve recorrer, e o secretário, com certeza introduzirá o que tiver nela de errado.-----

De seguida dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo-lhe que não é preciso organizar nenhuma comissão para acompanhar a atividade do município, ou as atividades mais importantes. -----

Depois de analisado o anuário financeiro dos municípios portugueses, pelo quinto ano consecutivo, mostra que Vinhais é um dos Municípios em melhor situação financeira do País. O que é o anuário financeiro, é uma radiografia em termos financeiros dos Municípios Portugueses, e o que diz, é que Vinhais aparece dentro dos cinquenta melhores municípios a nível nacional, claro que é graças ao bom rigor financeiro e à boa gestão do executivo camarário, que para além disso, diz uma coisa muito importante, a média de pagamento da Câmara Municipal é de onze dias, isto revela o bom funcionamento e a boa gestão da autarquia de Vinhais. -----

Disse ainda, que tinha ficado surpreendido com a verba que o Município tem que despender para a constituição do fundo de apoio municipal, que ronda cerca de um milhão de euros, ao que acresce a redução de mais um milhão de que já foi alvo em cortes. -----

De seguida dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, congratulando-o por tão bom desempenho, pois era difícil, felicitou também os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, porque sabiam compreender muito bem o que era a gestão financeira de uma autarquia. -----

Concedida novamente a palavra ao Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, disse o seguinte: -----

“Primeiro de tudo deixem-me pedir desculpa, porque não foi de maneira alguma intenção ofender ou acusar alguém de alterar a verdade, aquilo que eu disse foi que houve uma retirada cirúrgica de situações que aqui se passaram, e nós pedimos a correção, votamos negativamente à ata e votamos a retificação da ata e isso não aconteceu, inclusivamente uma intervenção do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, nessa mesma sessão, quando nós questionámos o Senhor Presidente relativamente às transferências das competências para as Juntas de Freguesia,

e nós perguntámos exactamente qual era o ponto da situação, que o tempo se estava a esgotar e o Senhor Presidente disse “eu não sei, não é preciso ir a Coimbra”, inclusivamente a Coimbra foi o Senhor Vice-Presidente, isso não está nas atas, é uma coisa tão simples, quanto essa e depois a própria intervenção do Senhor Presidente da Assembleia quando disse que também ele próprio não entendia como é que a Câmara podia propor um assunto para discussão se não sabia exactamente do que se tratava, esta é uma delas, obviamente que eu não vou fazer qualquer reparo à ata da sessão anterior, mas com certeza que vocês a leram e verificaram que há aqui algumas lacunas daquilo que se passou, longe de mim estar a dizer que o senhor adulterou. ----

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, para dizer que em relação às atas que fique bem claro, o que é dito aqui, está dito, não basta depois vir dizer que se não disse, as intervenções tem que ser objetivas, e o que o Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias disse, está gravado, os senhores funcionários ou quem faz a ata tem ao seu dispor os meios que entenderem por necessários e que não sou eu quem lhe vai dizer. De qualquer maneira as coisas são perfeitamente claras para todos, aquilo que foi dito, foi dito, aquilo que agora aqui foi também dito, ou foi desdito, já é outra questão, mas é assunto que diz respeito aos senhores funcionários. -----

Realmente a mesa, não gostava que fosse utilizada a linguagem que o Senhor Deputado utilizou, se por acaso não teve intenção de utilizar a linguagem que utilizou, é um assunto do Senhor Deputado e de quem recebeu essas palavras. -----

De seguida, foi concedida a palavra à Senhora Deputada, Maria Adelaide Fernandes Morais, que disse o seguinte: -----

“Muito boa tarde, Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, restantes membros desta Assembleia. -----

Ainda a respeito da ata, Senhor Presidente da Mesa, ninguém está contra a funcionária ou funcionário que lavra as atas posteriormente. O que acontece aqui, é que o Senhor Dr. Pedro Miranda diz que realmente as atas tem que ser o resumo e é efetivamente verdade, tem que ser um resumo, o que não pode é nas atas é não dizer por exemplo no ponto 2.7, aquilo que eu disse na última Assembleia Municipal e que na ata não está transcrito. É assim, duvido que toda a gente se tenha esquecido daquilo que eu disse, que foi depois da apresentação do PDM no

âmbito da discussão pública, aquilo que eu disse na Assembleia Municipal e o que acontece aqui, é que, aquilo que eu disse não está nada escrito na ata e isto não é resumo é pura e simplesmente ignorado. É assim, até acredito que como cidadã normal, me queiram ignorar, agora como membro desta Assembleia, não me podem ignorar, é isto que eu tinha para dizer. Na ata não está transcrito como o Senhor Presidente da Assembleia diz e muito bem há a gravação das atas, portanto as pessoas se quiserem retificar aquilo que é dito nas Assembleias, tem com certeza os meios ao dispor para poder retificá-las.”-----

## **2.5 – IMI – APROVAÇÃO DE TAXAS. -----**

Foi presente uma proposta da Câmara Municipal do teor seguinte: -----

“Prevê o n.º 11, do artigo 112.º, do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 55-B/2004 de 30 de dezembro, 55-A/2010 de 31 de dezembro, 64-B/2011 de 30 de dezembro e 83-C/2013 de 31 de dezembro, que as taxas do IMI, respeitantes ao ano de 2014, sejam comunicadas à Direção Geral dos Impostos, até 30 de Novembro.-----

Assim, e porque a aprovação das referidas taxas, é da competência da Assembleia Municipal por proposta da Câmara, proponho que sejam aprovadas as taxas seguintes: -----

- a) Prédios rústicos – 0,8%; -----
- c) Prédios urbanos – 0,3%.” -----

Concedida novamente a palavra ao Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, disse o seguinte: -----

“Senhor Presidente a razão da minha intervenção tem sobretudo a ver com este ponto da ordem do dia. Porque não está na Ordem do Dia prevista análise e discussão deste ponto? A razão que eu pretendia pôr é, creio que se trata aqui da discussão de uma proposta apresentada pelo Município, pelo executivo. A ser assim, onde está a proposta Senhor Presidente? Ser decorrente de uma deliberação tomada numa reunião ordinária da Câmara, mas é uma questão de formalismo nós termos aqui a própria proposta e o seu enquadramento, todos sabemos que o Município não tem qualquer intervenção direta na determinação dos valores patrimoniais

tributáveis dos prédios urbanos, ele é resultante antes da forma que tem em conta fatores como o valor base dos prédios, o coeficiente de localização ou até o coeficiente de qualidade e conforto dos mesmos. -----

A questão que queria colocar é a seguinte: -----

Houve proposta de revisão atualização do zonamento, ou seja, teve esta Câmara o cuidado de melhorar e ajustar um melhor zonamento? E os respetivos coeficientes de localização? É que recorde o PDM também assim define essas zonas, foram ou não, repito atualizados e melhorados, no sentido de diminuir o valor a pagar pelos proprietários dos prédios? -----

E agora Senhor Presidente, três, quatro questões: -----

Qual a receita deste imposto, ou a importância deste imposto no Concelho? -----

Qual o peso das isenções?-----

Qual o número total de prédios, rústicos e urbanos do Concelho? -----

Já agora, Senhor Presidente, que também elenca e que nós ficamos muito satisfeitos da dívida do Município, qual é o posicionamento do Município de Vinhais relativamente às taxas praticadas, não só a nível nacional, mas sobretudo a nível distrital? -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia em exercício, disse que ele tinha recebido essa proposta e achava que todos os Senhores Deputados a tinham recebido também. -----

Se a receberam era uma questão, se não a receberam era outra. -----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, dirigiu-se ao Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, dizendo-lhe que sabia muito bem onde ele queria chegar, mas com o devido respeito não dominava muito bem esta matéria, pois não tinha nenhuma noção do que estava a querer saber.-----

A questão do zonamento que estava a referir é o seguinte: nós podemos ter taxas de IMI diferentes de zona para zona, conforme a localização dos imóveis, conforme a sua situação. O Senhor Deputado ao defender o zonamento que falou, que nós não fizemos, está a defender o aumento das taxas, e porquê? Temos o imposto pelo mínimo (0,8%) é imposto pela Lei, é o mínimo que se pode fazer, não se pode fazer mais baixo, se for feito o zonamento, sabe qual é o caminho, é aumentar os impostos. -----

Nós não queremos aumentar os impostos, independentemente do sítio. -----

Disse ainda que o Senhor Deputado também não sabia, que o IMI dos prédios rústicos (0,8%) ia diretamente para as Juntas de Freguesia e dos prédios urbanos que a taxa é (0,3%), (0,2%) também é receita da Junta de Freguesia. -----

Relativamente à questão que colocou, quanto os valores do IMI que o Município recebeu, o Senhor Deputado já estava nesta Assembleia quando foi aprovada a Prestação de Contas, com certeza que esteve com atenção, mas agora não se recordará, nunca deveria ter perguntado uma coisa que está num documento que o Senhor Deputado aprovou, mas foram cerca de trezentos mil euros. -----

Quanto ao posicionamento do nosso Concelho a nível distrital, não conhecia a realidade do resto do distrito. -----

Após análise e discussão, do assunto em causa, foi a proposta aprovada por unanimidade.-----

## **2.6 – PDM – APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL. -----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, solicitou a todos os Senhores Deputados, se alguém se pretendia inscrever para intervir, tendo-se inscrito apenas o Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, que disse o seguinte: -----

“Obviamente que não sou nenhum expert neste ou em qualquer outro assunto, mas também não me fico pelas generalidades, julgo que também é desnecessário falar da importância do Plano Diretor Municipal e sobretudo da ausência da parte desta Assembleia, em, digamos, até mesmo liderar a discussão, porque teria sido extremamente importante para isso. -----

Nós, temos consciência de que os territórios e os lugares não só se afirmam por aquilo que eles foram no passado, ou hoje, mas também por aquilo que eles anseiam ser, e é efetivamente o documento o Plano Diretor Municipal é exatamente a forma como nós estamos e como poderemos ir chegar. Aquilo que eu não tive oportunidade e penitencio-me por isso, não é, porque deveria ter uma curiosidade maior, era ter estudado bem o Plano Diretor Municipal. ---  
Acontece que eu fiz uma diligência junto da Câmara Municipal, para tentar obter, como elemento desta Assembleia um exemplar do relatório, e aquilo que me foi dito, é que ele estava disponível ao balcão como estaria obviamente a qualquer outro cidadão. Eu julgo que aqui a Assembleia deveria ter, ou pelo menos o grupo a que pertença, deveria ter sido distribuído um exemplar. Obviamente que eu pela leitura, por mais transversal que tenha sido feita do relatório

que me chegou às mãos, retirado da Internet, verifico ainda algumas lacunas, e sobretudo aquilo que diz a Portaria n.º 138/2005, que é aquela que regula quais os elementos essenciais a entregar na Assembleia para aprovação do Plano Diretor Municipal, eu vejo que obviamente eles aqui faltam. Onde está o relatório da comissão de acompanhamento? O relatório final da CCDRN, foi-nos dado agora, tem data do dia vinte e seis, todos estes elementos, ou a falta destes elementos, são essenciais para a análise do documento e considera-se Senhor Presidente que a não inclusão a não distribuição desses elementos, foi uma sonegação aos membros desta Assembleia de informação que é essencial e é base para a discussão da proposta do Plano Diretor Municipal, ou seja, em termos de resumo, a Câmara mostra aquilo que quer mostrar.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, para dizer ao Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, que a palavra sonegação, provavelmente foi utilizada no sentido figurado, porque a sonegação exige má-fé, por isso é que diz que as palavras significam aquilo que significam e naturalmente ficam gravadas. -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que disse que este documento que a Câmara propõe para aprovação é da competência da Assembleia Municipal, não é da competência da Câmara Municipal. À Câmara compete apenas remeter à Assembleia Municipal a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Vinhais que, passados onze anos está concluída. Iniciou-se em dois mil e três, foi andando até dois mil e catorze, agora falta apenas a aprovação da Assembleia Municipal para ser publicado em Diário da República. -----  
Portando, pedia a todos os Senhores Deputados que o aprovassem conforme o solicitado pela Câmara Municipal. -----

Relativamente à intervenção proferida pelo Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, disse que não conseguia perceber bem, quais eram os elementos de que não tinha conhecimento e que lhe retiravam a possibilidade de em consciência votar esta revisão ao PDM. -----

Na última sessão, que ambos, não estiveram presentes, no ponto 2.7 da Ordem de Trabalhos, diz o seguinte: -----

“Apresentação da Revisão do PDM no âmbito da discussão pública. -----

No âmbito da discussão pública da revisão do PDM, encontravam-se presentes os responsáveis pela empresa Plural, autora do projeto, os quais procederam a uma explicação sucinta da revisão em causa”. -----

Os Senhores Deputados tiveram oportunidade aí, como tiveram noutras alturas, de colocar à equipa que elaborou este documento, todas as questões que quisessem colocar. Naturalmente

não podem invocar o facto de não ter estado presentes para depois mais tarde dizer, não teve conhecimento, não podia dizer que este assunto não foi discutido na Assembleia Municipal, foi discutido por diversas vezes na Assembleia Municipal, foi discutido pelos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e esteve em discussão pública durante um mês. -----

Continuou a dizer que, queria que todos os membros desta Assembleia Municipal, estivessem devidamente elucidados acerca deste assunto, gostaria que todos estivessem verdadeiramente esclarecidos, é um documento extraordinário e altamente complexo. -----

Por essa razão da Câmara Municipal encontravam-se a chefe da Divisão de Ordenamento, Administração do Território e Serviços Urbanos, em regime de substituição, Arquitecta Susana Maria Pinto Martins e a Engenheira Carla das Neves Magalhães Rio, para esclarecer eventuais dúvidas que surgissem. -----

Razão pela qual se encontram aqui presentes para eventuais esclarecimentos, bem como o jurista, António Joaquim Sá, a fim de prestarem todos os esclarecimentos que forem solicitados. Pois o que este plano teve já demais, foi a participação de toda a gente, durante onze anos, não foi sonogada informação nenhuma, porque só é sonogada informação quando ela é solicitada e não é fornecida, portanto neste caso não houve sonogação nenhuma, por essa razão estão aqui presentes os técnicos para poder esclarecer todas as dúvidas que suscitem. -----

De seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, dizendo que os técnicos da Câmara estão à disposição de todos os Senhores Deputados, para esclarecer eventuais dúvidas, mas para isso torna-se necessário que sejam colocadas essas dúvidas, por essa razão se alguém pretender apresentar alguma questão, tem que se dirigir aos técnicos. -----

Concedida a palavra novamente ao Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, disse o seguinte: -----

“Senhor Presidente, aquilo que eu tenho aqui, ou melhor, aquilo sobre o que eu me referi é sobre os vícios procedimentais que houve na apresentação e na discussão do Plano Diretor Municipal. -----

Primeiro, refiro eu, não foi acessível a vocês o relatório final da comissão, faltavam-lhe documentos que ainda hoje não os vi e nem tão pouco estão no site da Câmara Municipal, como seja o relatório da comissão de acompanhamento. Senhor Presidente, eu sei efetivamente o

esforço hercúleo que é preciso fazer para fazer um Plano Diretor Municipal, a importância do Plano Diretor Municipal, eu não repito mais a importância do Plano Diretor Municipal, sei exatamente que foi no Diário da República com data de 25-08-2003 que foi decidido avançar essa situação, sei exatamente que o despacho para a comissão de acompanhamento foi feito em janeiro de 2008. Também sei obviamente que foi o aviso 6207 de 2014 que o pôs em discussão pública, Senhor Presidente. -----

Agora a questão é que, não houve disponibilidade de informação para nós. Em consciência fazemos uma crítica ao Plano Diretor Municipal, e é exatamente isso que eu estou a dizer, eu não estou a dizer se o zonamento está correto ou não se os índices de ocupação do solo estão ou não exagerados, ou então não, se o índice de construção, se as áreas brutas contempladas, se as cercas, etc... eu já estou até eu próprio a misturar um pouco o que são Planos Diretores Municipais com Planos de Urbanização, estão a ver, é o documento que vai depois beber obviamente nestas coisas, mas obviamente era importante ter havido uma discussão sobre estas situações e essa situação não aconteceu porque não chegou a informação que nos permitisse julgar e dar contributos. -----

Já agora Senhor Presidente ou alguém que me possa responder, quantos foram os contributos que a Câmara recebeu para na fase final? -----  
Foram eles ou não incluídos. Muito obrigado.” -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, questionou este Senhor Deputado, dizendo-lhe que diga quais os elementos que lhe faltam para a respetiva análise. -----

O Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, respondeu: -----

“Nomeadamente o relatório da comissão de acompanhamento no qual está um elemento que deveria pertencer à Assembleia, com certeza foi à anterior...” -----

Chamado a pronunciar-se acerca do exposto pelo Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, a chefe da Divisão de Ordenamento, Administração do Território e Serviços Urbanos, em regime de substituição, Arquitecta Susana Maria Pinto Martins, prestou o seguinte esclarecimento: -----

“O Senhor Engenheiro entrou em contacto comigo, via telefone, dois dias antes desta sessão da Assembleia Municipal a dizer que pretendia as peças imprimidas. Aquilo que eu informei foi que estava disponível no site da Câmara e que tinham exemplares na Câmara, se eventualmente necessitasse um exemplar que o solicitasse ao Senhor Presidente da Câmara, foi essa a informação e disse-lhe ainda que estava disponível para prestar outros esclarecimentos. -----  
Relativamente a esse relatório, ele consta da página da internet que é da comissão de acompanhamento, está na parte que diz anexos, é o parecer final, está lá disponível, ainda hoje está disponível e pode consultá-lo, por isso todos os procedimentos nomeadamente discussão pública, foram tomados. -----  
Relativamente às participações entraram quarenta e uma, objeto da discussão pública, foram analisadas e constam também do relatório de ponderação, está disponível, daquelas, não foram atendidas, nenhuma, porque muitas delas tinham servidões administrativas que impossibilitam a sua alteração e outras entendeu-se por causa de condições que tem a ver com opções da própria Câmara, não se atenderam. -----  
Relativamente ao relatório, estava a falar do relatório da proposta, consta sempre do dossier, também está na página da Câmara, no volume II.” -----

Solicitou a palavra, o Senhor Deputado Rui Virgílio da Cunha Madureira, dizendo que tinha diversas dúvidas na interpretação deste documento, e que não estava em questão os anos que levou a ser feita esta revisão, mas sim, ficar um documento aprovado, que toda a gente o soubesse interpretar. -----  
Disse ainda que, se estava a aprovar um documento, que não estava bem explicado. -----

Usou novamente da palavra a chefe da Divisão de Ordenamento, Administração do Território e Serviços Urbanos, em regime de substituição, Arquiteta Susana Maria Pinto Martins, que disse o seguinte: -----

“É com alguma surpresa que me aparece agora nesta fase com essa exposição, porque em tempo próprio e na última Assembleia não referiu nada relativamente a esta matéria e neste espaço, eu peço desculpa, mas não entendi o seu discurso, talvez foi silencioso demais durante este tempo, mas sempre estivemos disponíveis para acatar todas as propostas que tinham para fazer, e nos locais próprios.” -----

Usou da palavra a Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, dizendo o seguinte: -

“Não sei se é propriamente à Senhora Arquiteta que eu quero por esta questão, mas a verdade é que nos foi entregue no início desta Assembleia, foi um parecer da CCDRN, que à ultima hora, como é lógico, é muito estranho, porque claro que nós faríamos o nosso juízo, até porque não somos técnicos, percebemos disto muito pouco, fazemos minha culpa, disso, talvez tanto eu, como a maior parte das pessoas, se bem que se achem muito entendidas, mas há aqui uma questão que é pertinente, é que por último acresce referir, diz a CCDRN: -----

1. não foi verificado se foi dado cumprimento ao exposto no parecer final da Comissão de Acompanhamento, ao nível do “Relatório de Proposta de Plano” e “Relatório Ambiental”, já que não nos foi remetida uma nova versão destes relatórios; -----

2. no que diz respeito ao acolhimento do parecer do ICNF, o período de concertação, mantém-se em aberto a contemplação das mesmas na sua totalidade.” -----

Isto é, como é que nós vamos votar, hoje, aprovação do Plano Diretor Municipal, se até à CCRN que é verdade, não é vinculativo o parecer, segundo diz aqui, e também já tinha lido, que não era, mas é assim, a CCDRN é que nos esclarece para aqueles que não somos entendidos, por isso tem lá os juristas e a página da CCDRN é acessível a toda a gente, assim como a página da Câmara, um bocadinho melhor, talvez porque o servidor seja melhor, e é deveras muito importante que, nos esclareçam do relatório ambiental, o que é que faltou aqui à CCDRN ao nível das plantas condicionantes, verifica-se que as exclusões da REN não são representadas bem como a respetiva tabela de exclusões da carta da REN, nós precisamos de ser esclarecidos, nestes dois pontos, precisamos efetivamente ser esclarecidos sob ponto de mesmo não sendo importante, porque somos pouquinhos, como vocês vem, nós votamos contra esta proposta e se formos devidamente esclarecidos senão a minha declaração de voto fica já, porque votamos contra, votamos contra porque não entendemos estes pareceres da CCDRN. -----

Como é que a CCDRN se questiona e tem juristas e técnicos que com certeza percebem mais disto que nós e nós agora vamos votar uma coisa que é questionada por um organismo que eu acho muito credível. Portanto se é questionado por eles, eu mesmo me questiono, não sei, eu já perguntei à Senhora Arquiteta, se quem de direito, mas agradecia uma explicação. “ -----

De seguida no uso da palavra a chefe da Divisão de Ordenamento, Administração do Território e Serviços Urbanos, em regime de substituição, Arquiteta Susana Maria Pinto Martins, disse o seguinte: -----

“De facto nem sempre a leitura é fácil, nem sempre é de leitura simples para qualquer um, independentemente da formação, agora, aquilo que está aqui neste parecer é o seguinte: -----

A CCDRN quando se pronuncia sobre um PDM ou a proposta, vai verificar a conformidade da legalidade, e a conformidade de legalidade está aqui exposta em dois pontos iniciais, diziam as duas, inconformidades. -----

Uma delas seria uma situação de desenho de erro gráfico, em que tinha uma parte de uma planta, por exemplo, temos uma bola que é o perímetro urbano e havia uma interação de uma reserva agrícola na Cisterna e em Quirás, que entrava ligeiramente dentro do perímetro, isso não pode acontecer. -----

Relativamente à segunda, era da Igreja de São Francisco, que está ali a planta de condicionantes, até fora, em que estava como imóvel em vias de classificação, entretanto foi classificado e conseqüentemente teve que se alterar a planta, e escrever, não em vias de classificação, mas classificado. -----

Estas duas situações eram aquelas que podiam reverter ilegalidades, que nós corrigimos. -----  
Relativamente às restantes são as tais recomendações, que não são de cumprimento obrigatório, de maneira nenhuma, agora a Câmara, entendeu por bem acatar, e relativamente a esta planta de REN tivemos um trabalho imenso em andar a inserir as áreas todas que foram desclassificadas, isto, porque a CCDRN assim o obriga, legalmente não é necessário, mas para que, para termos a noção daqui a uns anos se essas áreas foram ocupadas ou não, basicamente é isso. -----

Relativamente ao regulamento acrescentamos isto a dizer, o n.º 1 do art.º1, alteramos a redação para esta, assim como pusemos o PARP - Plano Ambiental de Recuperação Paisagística. -----  
Por último que estava a dizer, a Comissão de Acompanhamento aprovou, e fez mais uma recomendação, que era inserir algumas questõezinhas no relatório, mas era uma recomendação e de facto nós introduzimos essas alterações, mas que não são de carácter de legalidade, é mais ou menos, em vez de fazer uma linha a vermelho vocês deviam fazer laranja. -----

Relativamente ao ICNF, nós tivemos várias reuniões de concertação com eles, em que chegamos a um ponto de quase noventa e nove por cento de consenso, porque nesta fase aquilo, a única coisa, eu vou lhe referir, eu tenho aqui o parecer que recebi e tenho algumas dúvidas, eles disseram para retirar no art.º 25.º, alínea g), ora eu há dias, respondi à Arquiteta, nós retiramos, você é que não leu, relativamente ao art.º 33.º, houve a renumeração, e ela diz o n.º 4 não está com a antiga relação, pois não, esse era o n.º 5, percebe, existe alguma situação que de facto eu tive o trabalho, como eu digo não é de leitura fácil este documento, tive o trabalho de falar com o coordenador da CCDRN, mas então e isto, e ele disse, primeiro não é uma questão de legalidade e essa situação de facto não tem qualquer interferência a nível do PDM, não pode ser motivo de nenhuma impugnação, porque todas as questões legais estão contempladas, no entanto este parecer, chama mais uma vez a atenção para essas questões, mas

eventualmente se quiserem, eu tenho ali os documentos, se quiserem confirmar, podem sempre fazer. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, usou novamente da palavra dizendo que realmente o PDM, é um documento bastante complexo e de alguma dificuldade de interpretação. De seguida questionou a Senhora Arquiteta Susana Maria Pinto Martins, se realmente as questões de legalidade, que seriam as duas primeiras que são vinculativas, tinham que ser mudadas, se foram alteradas. -----

A Senhora Arquiteta Susana Maria Pinto Martins, respondeu afirmativamente. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, continuou a dizer que em relação às outras que não são de caráter de legalidade, não teriam necessariamente de ser alteradas, se também o foram mais um menos numa percentagem de noventa por cento. -----

A Senhora Arquiteta Susana Maria Pinto Martins, respondeu que a nível de percentagens não podia quantificar, sem fazer contas. -----

Tinha falado na percentagem de noventa e nove por cento no 3.º n.º 2, agora em relação aos outros tinha que fazer as contas, mas a legalidade da proposta estava garantida a cem por cento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício para terminar disse que, as dúvidas colocadas pela Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, foram a nível daquilo que não eram questões de legalidade. -----

A Senhora Arquiteta Susana Maria Pinto Martins, disse que achava que foram todas, eram todos os pontos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, disse que em todos os pontos, e por isso queria saber, se for possível, o grau de correção que foi feito, ao nível de legalidade foi cem por cento? -----

A Senhora Arquiteta Susana Maria Pinto Martins, respondeu que sim, que podia apenas esclarecer que é cumprida a legalidade, a outra, a nível de percentagens, não lhe sabia dizer, era necessário fazer contas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, disse que a Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, já tinha manifestado o seu voto, portanto gostaria de saber se as causas teriam sido excluídas, se teria sido também excluído o motivo do sentido da votação. -----

Disse ainda que a legalidade foi cumprida, porque se não fosse cumprida seria nulo. -----  
Relativamente às outras questões que não são de legalidade, que é uma questão de pareceres, melhor ou pior, essas houve discussão sobre elas, mas não está na sua totalidade ou melhor não se pode dizer a percentagem que terá sido modificado. -----

De seguida o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu todas as intervenções proferidas sobre esta matéria com vista a que as pessoas fiquem todas esclarecidas, no entanto o dono do PDM é a Câmara Municipal, por isso a lei diz que, quem o aprova é a Assembleia Municipal, mas quem o faz é a Câmara Municipal e é a Câmara Municipal que tem que o executar. -----

Disse ainda que na reunião do Órgão Executivo do dia vinte e nove de setembro, foi questionada a Senhora Arquiteta Susana Maria Pinto Martins, se estas questões que estavam elencadas pela CCDRN estavam resolvidas, e foi respondido que sim, portanto entende que este assunto esteja solucionado. -----

Não obstante isso nem era preciso, porque o parecer da CCDRN, diz o seguinte: -----

“Analisados os elementos que nos foram enviados a coberto dos ofícios acima identificados e em cumprimento do disposto no artigo 78.º do Decreto-Lei n. 380/99, de 2 de setembro, na sua redação atual, considera esta Comissão de Coordenação Regional do Norte que a proposta de revisão do PDM se manifesta, em termos gerais, conforme com as disposições legais e regulamentares vigentes, tanto em termos procedimentais como materiais e compatível com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis na área do município. “-----

Portanto parecer positivo aprovado, no entanto a Câmara Municipal de Vinhais, devia levar em linha de conta algumas recomendações, que foram executadas, razão essa, que a Câmara Municipal não teve qualquer dúvida em apresentar este documento à Assembleia Municipal, a fim de poder ser votado. -----

Por essa razão, pedia a todos os Senhores Deputados, que aprovassem sem reserva e na íntegra e com a maior votação possível este documento, porque é absolutamente fundamental para

resolver algumas situações, porque todos os licenciamentos estão suspensos, neste momento, exatamente porque o PDM está nesta fase. -----

Seguidamente, inscreveram-se para intervir os Senhores Deputados: -----

- Maria Adelaide Fernandes Morais; -----

- Egídio José Coutinho Frias. -----

Concedida a palavra à Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, disse o seguinte:

“O Senhor Presidente da Câmara diz e muito bem, o PDM é propriedade da Câmara Municipal e é verdade, mas quem o vota é a Assembleia Municipal e o parecer da CCDRN, como eu disse há pouco, não é vinculativo, e se houvesse aqui alguma ilegalidade, a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jurista, como o Senhor Doutor diz, não a conheço de lado nenhum, não sei o que é, mas deduzo que seja, deve ter feito o estudo, deve ter lido muito bem a lei, mas a verdade é que quem aprova é esta Assembleia Municipal, Senhor Presidente, e como o parecer não é vinculativo, nós também não questionamos a posição aqui da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>, mas com esta chamada de atenção fica-nos com um bocadinho de receio do voto, como é lógico não é, porque mais tarde, alguém nos pode vir dizer “vocês também aprovaram”, e como não gosto de ficar com dúvidas, não gosto mesmo, não gosto Senhor Presidente, o Senhor Presidente é jurista, e eu não sou, e eu tenho que ter juristas que me expliquem e técnicos, mas não gosto de ficar com dúvidas e realmente eu mudarei o sentido de voto, a Senhora Técnica Superior desta Câmara Municipal, explicou muito bem que garante a legalidade deste PDM em cem por cento, se ela o garante, ela é técnica, eu acredito na palavra dela, que isto fique em ata, que é para eu não vir a reclamar da ata na próxima Assembleia Municipal, aquilo que eu estou a dizer, a Senhora Técnica Superior da Câmara Municipal de Vinhais, disse que este documento cumpria em cem por cento a legalidade, como tal, eu não costumo duvidar de técnicos, a minha bancada, se assim o entender, irá votar a favor, segundo o parecer técnico e não pelo parecer não vinculativo da CCDRN que faz pura e simplesmente observações.-----

Concedida novamente a palavra ao Senhor Deputado, Egídio José Coutinho Frias, disse: -----

“Estamos aqui a falar de duas situações, eu não estou a questionar tecnicamente o documento que obviamente é da responsabilidade da empresa que o executou, obviamente que terá ligeiras

imprecisões, qualquer coisa, seja ela uma cópia mal tirada ou até por um engano, ou qualquer situação, mas obviamente que não duvido do valor técnico do documento. -----

A questão que eu trouxe aqui, Senhor Presidente, tem a ver com o procedimento da informação tida por esta Assembleia, ou seja a não distribuição e o estudo que essa mesma distribuição do documento aos seus elementos permitiria. Essa é a minha grande dúvida, eu por exemplo não estou hoje em condições e até com a minha função técnica de verificar e votar favoravelmente o documento, se ele está equilibrado, se não, está como disse a garantia pessoal da organização que o fez, mas repito o que está aqui é o procedimento da divulgação da informação e não o seu conteúdo técnico. -----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi deliberado, por maioria, com os votos favoráveis da bancada do Partido Socialista, dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”, à exceção dos Senhores Deputados Egídio José Coutinho Frias, Carla Sofia Pires Tavares, Hugo Sérgio Gonçalves Barreira e o Presidente da União de Freguesias de Sobreiró de Baixo e Alvaredos, que se abstiveram e do Senhor Deputado Luís Filipe Garcia, que votou contra, aprovar a revisão do Plano Diretor Municipal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, disse que agradecia que qualquer documento, qualquer proposta, qualquer pedido, qualquer solicitação, fosse apresentada por escrito nos Serviços de Apoio da Assembleia Municipal, para daí seguir os seus trâmites legais.

## **2.7 - INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO REFERENTE AO 1.º SEMESTRE DE 2014. -----**

Foi presente o relatório económico-financeiro do Município, relativo ao primeiro semestre de dois mil e catorze, elaborado pelo Revisor de Contas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, explicou que esta informação é prestada em cumprimento da obrigatoriedade da alínea d), do n.º 2, do art.º 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

Foi tomado conhecimento do documento em causa. -----

### **3 - PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO.**

Sem intervenções. -----

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, declarou encerrada a sessão, eram dezassete horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----